

Comissão constitucional só depende da decisão de Sarney

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, 55, deverá decidir em breve sobre o destino de um dos principais projetos de Tancredo Neves: a comissão constitucional. A proposta vem encontrando resistências no Congresso Nacional, a começar do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, 68, e de Pimenta da Veiga, 37, líder do governo na Câmara.

O projeto de funcionamento da comissão e a relação de 33 pessoas escolhidas por Tancredo Neves para fazer o anteprojeto que serviria de base ao debate preparatório da Assembleia Nacional Constituinte estão prontos, assim como a minuta do decreto de criação. Uma ampla sala no Ministério da Justiça e o secretário executivo nomeado pelo ministro Fernando Lyra, jornalista Mauro Santayanna, aguardam a decisão presidencial. Esta poderá sair até o dia 15 de junho, com a convocação da Constituinte para 1986.

Escolha pessoal

Tancredo Neves escolheu pessoalmente todos os nomes que compõem a comissão constitucional. A maioria é de juristas de reconhecida competência — a começar pelo presidente, Afonso Arinos — mas fez questão de incluir representantes da sociedade.

Os sindicalistas José Francisco, representando os trabalhadores do campo, e José Pires de Vasconcelos, os urbanos, foram convidados. A vereadora do PT do Rio de Janeiro, Benedita Silva, que tem sua base eleitoral nas favelas, e os economistas Celso Furtado e Walter Barelli (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos — Dieese) também fazem parte da comissão.

Os nomes escolhidos por Tancredo são os seguintes: Afonso Arinos de Mello Franco (presidente), Fernando Henrique Cardoso (relator), Paulo Brossard, Josaphat Marinho, Paulo Bonavides, José Francisco, João Paulo Pires de Vasconcelos, Edgard de Godoy da Matta Machado, Dalmo Dallari, José Afonso Silva, Célio Borja, Fábio Konder Comparato, Pinto Ferreira, Xavier de Albuquerque (ex-ministro do STF), Mauro Santayanna (secretário-executivo), Victor Nunes Leal (recentemente



Fábio Comparato, Cardoso, Celso Furtado e Afonso Arinos: membros da comissão imaginada por Tancredo Neves

Governo derrotará emenda que convoca Constituinte

ANDRÉ SINGER
Editor de Política da Folha

A emenda Gastone Righi que convoca a Constituinte para 1986 e deve entrar em pauta no próximo dia 12 de junho será derrotada no Congresso pelas forças que apóiam o governo. O Planalto prepara outro projeto de convocação e pretende enviá-lo até o final do semestre. A ele será anexada a proposta da Comissão pré-Constituinte, encarregada de fazer um esboço de nova Carta, a ser presidida pelo jurista Afonso Arinos.

Arinos jantou terça-feira com o presidente da República, José Sar-

ney, e outros convidados. A presença do jurista em Brasília significa que os ponteiros foram acertados para o deslanche da armação governamental. Concluiu-se assim manobra de Sarney para retirar do âmbito do ministro da Justiça, Fernando Lyra, a coordenação da Constituinte, e concentrá-la na Presidência. Sarney escolherá pessoalmente os nomes da comissão, ouvindo Arinos e Ulysses Guimarães.

O desejo de afastar Lyra do comando da área teria levado Sarney a fazer do pacto político condição necessária para tocar adiante a

Constituinte. Com isso ganhou tempo. O pacto ficou inexplicado e tudo indica que assim permanecerá. A Comissão Constituinte passará a concentrar as discussões antes reservadas ao pacto.

O governo está disposto a enfrentar o desgaste de votar contra a emenda Righi para gastar mais tempo preparando o ato convocatório e escolhendo os membros da Comissão que não deverá ser tão ampla quanto se cogitava no Ministério da Justiça (cerca de cinquenta pessoas) nem tão pequena e especializada como talvez quisesse o jurista Afonso Arinos.

falecido), Seabra Fagundes, Rafael de Almeida Magalhães, Miguel Reale Júnior, Celso Furtado, Arnaldo Malleiros, Joaquim Falcão, Eduardo Portella (ex-ministro da Educação), Benedita Silva, Gilberto Ulhôa Canto, Evaristo de Moraes Filho (criminalista), César Saldanha de Sousa Júnior, Milton Santos, Carlos Alberto de Oliveira (jornalista), Walter Barelli, Bolívar Lamounier, general Octávio Costa e Laerte Vieira.

A comissão constitucional seria anunciada por Tancredo Neves em seu discurso de posse e criada no primeiro despacho como presidente da República. Tancredo pretendia transformar a comissão num pólo de convergência de sugestões da sociedade e de discussão da nova Carta. O trabalho deveria estar concluído a 15

de novembro de 1985, um ano antes da instalação da Constituinte.

Propostas

Mesmo sem ter sido criada oficialmente, a secretaria executiva da comissão já recebeu mais de uma centena de propostas. O material seria aproveitado pelos integrantes, juntamente com o resultado de debates que seriam feitos em todo o País. Para preparar essas discussões, seria distribuído material didático explicando o que é Constituição, o que é Poder Constituinte, procurando deixar clara a grave responsabilidade dos eleitores na escolha de seus representantes.

A comissão constitucional teria uma reunião mensal em Brasília recebendo o apoio logístico do Mi-

nistério da Justiça através da Fundação Petrólio Portella. De acordo com a programação administrativa, a secretaria executiva teria uma secretária, um datilógrafo, uma taquígrafa e um auxiliar como pessoal de apoio. Em algumas regiões, seria instalada também uma pequena estrutura destinada a colher sugestões, com apoio dos governos estaduais. Uma das idéias discutidas com o jurista Afonso Arinos é de uma divisão em subgrupos, feita por assuntos, que percorreriam o País discutindo o projeto.

A preocupação de Tancredo Neves com a comissão constitucional começou antes de sua eleição, a 15 de janeiro desse ano. Ainda como governador de Minas Gerais, em 1983, repetia a sua preocupação com a

necessidade de uma sólida reforma das instituições através de uma Assembleia Constituinte que traduzisse a realidade social do País. Tancredo Neves via na comissão um dos passos na democratização, ao lado da própria Constituinte, do pacto político, do pacto social e da Comissão Interpartidária, incumbida de remover o chamado entulho autoritário das leis para permitir maior representatividade à Assembleia.

Arinos e Lyra

Poucos dias antes de sua posse, Tancredo Neves chamou o ministro Fernando Lyra e com ele conversou sobre a criação da comissão que ficaria vinculada diretamente à Presidência da República mas funcionaria junto ao Ministério da Justiça. Na segunda-feira que antecedeu a sua hospitalização, no dia 11 de março, entregou a Lyra uma lista com os 33 nomes. Na presença do ministro telefonou a Afonso Arinos convidando-o e esclarecendo os objetivos da comissão.

Na terça-feira, Fernando Lyra e Mauro Santayanna tiveram um demorado encontro com Afonso Arinos em Brasília. Nessa conversa, Arinos mostrou-se especialmente motivado, lembrando que seu pai e seu avô participaram da convocação de outras constituintes. O avô, Cesário Alvim, preparou a lei eleitoral que possibilitou a convocação da Constituinte de 1891. O ministro Afrânio de Mello Franco — o pai — presidiu a comissão que redigiu o projeto constitucional de 1934. Nessa conversa, Arinos manifestou a preocupação de que fossem incluídos na comissão "alguns pretos". O jurista, autor de lei contra a discriminação racial, ouviu de Fernando Lyra a explicação de que a escolha dos nomes não discriminava etnias, tranquilizando-o com a revelação de que na lista já havia três negros: o jornalista e secretário de Trabalho do Rio de Janeiro, Carlos Alberto de Oliveira, o geólogo baiano Milton Santos, e a vereadora Benedita Silva.

No dia seguinte, quarta-feira, Tancredo Neves voltou a conversar com Fernando Lyra sobre o projeto. Na quinta-feira, antes de ser internado, tratou de detalhes com o secretário executivo em conversa na Granja do Riacho Fundo.

Presidente vai ignorar as críticas

Da Sucursal de Brasília

Após conversar ontem com o jurista Afonso Arinos, o presidente Sarney disse que o governo não vai recuar do propósito de criar a comissão constitucional, a despeito de todas as críticas que partem da OAB e dos políticos opositores. No encontro com Arinos, Sarney ouviu do jurista um relato do projeto que Tancredo Neves queria implantar logo após a sua posse.

Um importante assessor do presidente da República ponderou no início da noite que o voto que elegerá os constituintes vai conferir aos membros poder de decisão mas não dará sabedoria. Explicou que a comissão constitucional apenas oferecerá uma colaboração, a exemplo das muitas que aparecerão. Este assessor chegou a citar o exemplo de Adolf Hitler, que recebeu apoio da maioria esmagadora do povo alemão, valendo-se de plenos poderes conferidos pelo voto mas sem que isso

implicasse um exercício de governo sábio.

Críticas

No Palácio do Planalto, a crítica dos parlamentares à comissão é recebida como despropositada. Entende-se que não há sentido em temer pelo trabalho da comissão, imaginando que ela poderia exercer tutela sobre a Assembleia Nacional Constituinte, cuja força vem do voto.

A intenção do presidente José Sarney, que, de resto, realiza o projeto de Tancredo, é de que a comissão constitucional seja integrada por expressões representativas de todos os segmentos da sociedade — como também desejava Tancredo, ao elaborar a lista dos nomes — e que venha a debater amplamente todos os itens de uma nova Constituição, percorrendo o País de ponta a ponta.

Juristas resistem

O relator da Comissão Interpartidária, deputado João Gilberto (PMDB-RS), 40, manifestou, a pro-

pósito, a impressão de que as críticas à criação da comissão escondem, na origem, um movimento da área jurídica mais conservadora contrária à composição do grupo. A seu ver, esses juristas esperavam que a comissão fosse integrada apenas por pessoas versadas em leis e especialistas na matéria.

O parlamentar gaúcho defendeu o caráter representativo da comissão, formada por todos personagens expressivos da vida nacional. "Agora, se a convocação da Constituinte declarar que ela terá que deliberar em cima do anteprojeto a ser elaborado pela comissão, então será uma limitação com a qual ninguém pode concordar", afirmou João Gilberto.

Outros parlamentares do PMDB também fizeram críticas na mesma direção durante o dia de ontem. Francisco Pinto (BA), Egídio Ferreira Lima (PE) e Cristina Tavares (PE) concordaram na mesma advertência: "Não há Constituinte biônica".

Senadora quer participação da mulher na Constituinte

Da Sucursal de Porto Alegre

A senadora Eunice Michiles (PFL-AM), 55, conclamou ontem as mulheres brasileiras a se mobilizarem "e só votarem em mulheres" na escolha dos membros da Assembleia Nacional Constituinte, durante uma palestra na Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul. "Cinquenta por cento dos delegados da Constituinte devem ser mulheres, pois representamos a metade da população deste País e quase 38% de sua força de trabalho. Mulher tem que votar em mulher", justificou Michiles, que também defendeu que metade dos cargos executivos do governo sejam ocupados por mulheres. A senadora ainda manifestou sua esperança de que o recém criado Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher auxilie o sexo feminino em sua vontade de participar da Constituinte.

Ela reivindicou também a participação do "elemento feminino" na lista de nomes que formarão a

comissão pré-Constituinte: "Embora sem poder normativo, este órgão técnico terá a missão de escolher ou sugerir os temas que serão objeto de debate dos constituintes. É evidente que uma equipe composta apenas de juristas, em geral conservadores, e do sexo masculino, não terá vontade bastante nem maior sensibilidade para colocar em pauta os grandes temas que preocupam a mulher".

Primeira mulher

Ela lembrou que no Congresso Nacional existem apenas sete deputadas e uma senadora, justamente ela, a primeira e eleger-se para a Câmara alta. "A mulher tem apetite de participação política, mas não consegue penetrar nos partidos", explicou. Na palestra, a senadora, observou ser surpreendente que após mais de meio século no gozo do direito de votar e ser votada, "somente uma mulher, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz, tenha podido vivenciar o poder dos poderes, numa Assembleia Constituinte".